

4. Escolarização / Alfabetização

Processos de escolarização nacional e a adesão das famílias ao Ensino Elementar das crianças

Bases de escolarização

«(...)Para que se educa um ente racional? Em relação à natureza, para filho, esposo e pae; - em relação á sociedade civil e ao Estado, para cidadão, súbdito ou soberano; - em relação a Deus, para religioso; determinadamente nós, para christão.»

A. H. Roeder (1881)

Quando reflectimos sobre o conceito de Escola, de imediato apelamos à nossa existência primeira. Memórias, vividas ou lembradas em ténues imagens, daquele espaço organizado, da ordem estabelecida e das metodologias que os professores utilizaram para ministrar-nos o “A, B, C” do ensino.

O que restou desta curta experiência escolar bosquejou-se no elementar de uma vida de estudos mais longa ou mais curta nos ciclos seguintes.

A diversidade das apreensões do saber escolar marcou o colectivo da memória dos portugueses, a sua capacidade de dar resposta às solicitações sociais a que denominamos de capacidades literácias, que se repercutem na exigência crescente e imposta pela “nova ordem mundial” ou Globalização e pela “tecnologização” do saber.

Começaremos por definir, como ponto de partida, alguns critérios que nos permitirão caracterizar os processos de escolarização no século XIX. Como base deste processo, um ambiente de materialidade, a sua representação, a apropriação dos sujeitos e a sua dimensão processual. A escola enquanto instituição, um segmento educativo de um sistema maior, que edificou uma racionalidade pedagógica, uma totalidade organizada segundo divisões ou classes, um «saber-fazer», contribuindo para o desenvolvimento e evolução na didáctica de ensino (na forma individual e/ ou grupal dos sujeitos) que, em interacção constante, foi conformada pelo poder central e simultaneamente modelou padrões sociais locais. A instituição educativa tornou-se assim num objecto de investigação.

Tentaram levantar-se questões que nos aproximassem do conhecimento e do desenvolvimento das estruturas educativas locais, da formação dos agentes educativos, da sua organização pedagógica, dos utensílios que então utilizavam, dos processos metodológicos de ensino, do aproveitamento escolar dos alunos, das relações hierárquicas entre os agentes da Educação e o Poder Local e Central, que permitam uma visão esclarecedora integrativa e/ ou institucionalizante da escolarização no Concelho em estudo, o de Mafra, no século XIX.

Processos de escolarização nacional e a adesão das famílias ao Ensino Elementar das crianças

«(...) Por ele, verá que o assunto, se bem que mal conduzido, não tem sido desprezado e que tanto, senão mais do que em outros países, se faz aqui pelo ensino oficial.»

D. Pedro V

Em **7 de Março de 1859**, o rei D. Pedro V enviava ao seu tio, o príncipe Alberto (consorte da rainha Vitória de Inglaterra), um documento anexo à carta datada de 26 do mesmo mês, tendo por base um «relatório exacto» do estado da «educação primária em Portugal», e por isso desenvolvera um «pequeno memorando» baseado nas «estatísticas oficiais»:

«(...)Desde o ano de 1849, que 38.135 rapazes e 1.812 raparigas frequentavam as escolas, este número aumentou de tal forma que em 1858 já existiam 61.192 rapazes e 5.102 raparigas a beneficiarem de educação pública.

Tendo em consideração que, em 1857, a população não aumentou nas escolas particulares, a situação é que ao todo há 83.696 crianças que vão há escola, isto é, 73.468 rapazes e 10.228 raparigas. A este número devem juntar-se as crianças que são educadas em instituições de caridade que devem ser pelo menos umas 1.000 ou 2.000»¹.

António Candeias (2000: 240), partindo do *Primeiro Estudo Estatístico* datado de 1864, realizado em Portugal, dá conta que entre **1864 e 1868**, existiam 99.256 crianças com idades compreendidas entre os seis e os quinze anos; dessas, encontravam-se matriculadas, nas 2.774 escolas públicas e particulares, 76.710 crianças do sexo masculino e 22.546 do sexo feminino.

Para a década seguinte, Rómulo de Carvalho (1996: 613) - tendo como referência o *Anuário Estatístico do Reino*, uma publicação que passava a fornecer, ainda que com irregularidade, informações sistematizadas relativas ao número de escolas existentes, professores em exercício, etc. - referia os seguintes dados para as escolas públicas: no ano de 1872–1873, em Portugal (Continental e Ilhas adjacentes), existiam 2.303 escolas

de ensino primário, sendo 1660 masculinas e 333 femininas, 310 escolas eram mistas. Estas escolas abrangiam um total de 74.461 alunos, dos quais 56.059 eram crianças do sexo masculino e 18.402 do sexo feminino.

Quadro n.º 14 – Síntese de frequência escolar – anos de 1849 a 1872

Anos	Crianças matriculadas		
	Sexo masculino ♂	Sexo feminino ♀	Total de crianças ♂ + ♀
1849 Educação Pública	38.135	1.812	39.947
1858 Educação Pública	61.192	5.102	66.294
1859 Educ. Pública e Particular	73.468	10.228	83.696
1864 Educ. Pública e Particular	76.710	22.546	99.256
1872-73 Educação Pública	56.059	18.402	74.461

Fontes: “Anexo à Carta de D. Pedro V para o Príncipe Alberto”, cit in Leitão, Ruben Andresen (trad. e estudo), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, s.l., Fundação da Casa de Bragança – Portugália Editora, s.d., p. 226.
/ Candeias, António, “Ritmos e Formas de Acesso à Cultura Escrita das Populações Portuguesas nos Séculos XIX e XX” in AAVV, *Literacia e Sociedade / Contribuições Disciplinares*, Lisboa, Editorial Caminho, 2000.
/ Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal – desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1996

Se, porventura, na primeira década (1849–1858) existiu um forte crescimento no ensino elementar para rapazes nas escolas públicas de ensino, mais 23.057, no espaço das duas décadas seguintes, 1858 a 1872, esta tendência de crescimento acentuado sofreu uma quebra de 5.133 crianças do sexo masculino matriculadas nas escolas elementares.

Exceptuaram-se os anos de 1859 e de 1864, tendo em conta que os dados se referem a escolas públicas e particulares.

A escolarização das meninas

«(...)Meninas: - a verdadeira instrução para vós não consiste na que eleva os homens de sciencia aos logares mais distinctos da sociedade, e acreditae que se tal sciencia é tudo para os homens, seria sempre incompleta para vós, se vos faltasse a sciencia do viver domestico.»

José Quintino Travassos Lopes

Apesar das importantes diferenças de escolarização entre sexos, o ensino das meninas cresce de forma lenta e constante, apontando para uma adesão progressiva da população do País ao ensino do sexo feminino.

Em 1849, frequentavam o ensino elementar nas escolas públicas 1.812 meninas. Em 1872, já estavam matriculadas 18.402 alunas.

É de referir a importância que as escolas particulares desempenhavam no ensino das meninas, onde se verifica que a matrícula no Ensino Primário Elementar público e particular ascende para o dobro entre os anos de 1858 (5.102) a 1859 (10.228): mais 5.126. Em 1864, estavam matriculadas no ensino público e particular 22.546 meninas.

Processos de escolarização ou processos de alfabetização?

*«(...) de uma forma genérica, pode dizer-se que o **projecto escolar** assenta fundamentalmente em três grandes pilares, tomando muito embora como grande argumento pedagógico e base estratégica a instrução e com ela **um tempo, um local, uma acção** (Nóvoa, 1988 a): um processo religioso (**formar um crente**), um processo estatizante (**formar um súbdito; formar um cidadão**) um processo socializante (**formar um ser civilizado**) em suma, um **projecto pedagógico tridimensional.**»*

Justino Pereira de Magalhães

Segundo Magalhães (2001), «A história da alfabetização não se sobrepõe à história da escolarização». A «história da escolarização visa a compreensão e a aplicação de um modelo instrucional», a «história da alfabetização a construção de um modelo pedagógico (a formação de um ente humano cognoscente, racional e activo, a partir da cultura escrita)» (p.70).

No final do século XIX e no início do século XX, os «Países da Europa de Norte haviam cumprido a meta da escolarização de toda a população em idade escolar». O binómio «alfabetização» e «escolarização» estavam subjacentes a um mesmo «processo».

Na opinião de Nóvoa (1987), em Portugal a «escolarização da criança» desenvolve-se num processo muito lento, que só seria atingido «em meados do século XX». O processo de escolarização deverá ser tomado em conta, no quadro de um aumento «da procura social do ensino», inscrito na passagem da «cultural oral» para a «cultura escrita», e na «instauração de uma nova relação do homem com o saber» (p.134).

Para António Candeias (2000), é importante que a história da Educação tenha feito emergir diferenças entre «processos de alfabetização» e «processos de escolarização». Nos processos de escolarização, o que apreendemos das crianças que nas estatísticas foram registadas em frequência escolar não validará que as mesmas sejam consideradas crianças escolarizadas.²

Aponta Magalhães (2001) que a alfabetização «é marcada, em tese, por lógicas de verticalização» traduzidas na diferenciação/ distinção de «modelos» determinados em «estratos sociais e culturais superiores (estratos urbanos, ou sectores especializados como eclesiásticos, escrivães, tabeliães, os profissionais liberais)» e a escolarização³ desenvolvida «sob uma lógica de horizontalização» e de «uniformização sócio cultural», de «níveis básicos da comunicação escrita» (p. 81).

Refere ainda o Autor que, na evolução temporal e a partir do século XIX, «o fenómeno da escolarização» sobrepor-se-ia ao da alfabetização, assumindo um «projecto social de tal impacto», que os analfabetos eram «considerados os não-escolarizados.»

Segundo Candeias (2000: 227), é a partir do século XIX que alfabetização e escola se fundem. A escola emergiu como um móbil do Poder Central apostado em controlar o que era «necessário ensinar», tendo em vista a construção de uma sociedade onde cada cidadão fosse um «patriota, ordeiro e organizado», e «hierarquizado» de acordo com as «rápidas transformações tecnológicas e sociais» que então se operavam, firmadas no «aparelho produtivo e das novas formas de vida emergentes».

Leia-se, a este propósito um excerto retirado do jornal *Gazeta do Campo*:

«(...)Olhemos para os estrangeiros. Para os wurtemberguezes, por exemplo. Diz o citado mr. Duruy : A diffusão geral e a perfeicção da instrucção primaria no Wurtemberg é sem duvida o facto mais notavel e o que mais prende a attenção dos estrangeiros. Não há camponez, creado de casal ou de hospedaria, que não saiba lêr, escrever e contar. A educação parece ser tão perfeita como a instrucção primaria... afirma-se que cada professor não tem ordenado menor de 500 florins (193\$000 rs), o que permite escolhel-os e mantel- os no numero de cidadãos mais esclarecidos e mais recomendáveis. Tenha-se em vista que a felicidade de um povo, a sua verdadeira liberdade tem por instrumento a instrucção, e a civilização.»⁴ (1866)

De acordo com Rogério Fernandes (1994: 55) a passagem do Antigo Regime marcou o conceito de Infância em que se inscreveriam “Infâncias”, pelo facto da sua condição social ser, à nascença, determinante para o «destino profissional» e o lugar a ocupar na «hierarquia social» e «produtiva» do País. Esta relação foi determinante para o destino escolar das crianças, a saber: «aprendizes», «moços de soldada», «órfãos», «expostos», «deficientes», «escravos», «além das crianças que mendigavam» pelas ruas, constituíam uma camada bem diferenciada das crianças que eram oriundas da «aristocracia», da «burguesia», de «mestres das oficinas», e de «pequenos comerciantes». Os órfãos, expostos, filhos de mestres, oficiais, pequenos lojistas ou dos lavradores constituíam uma «reserva de mão de obra» para as «actividades produtivas ou de serviços». O «mercado de trabalho» tornava-se um «mecanismo regulador» que determinava quem teria «acesso aos estudos», impulsionando o «sistema de ensino», muito particularmente no que se refere ao «subsistema do ensino das primeiras letras».

Diríamos assim que os processos de escolarização traduzem-se na capacidade de resposta ou de adaptação de um sistema de ensino às necessidades e à procura de certos grupos sociais, a sua repercussão na estruturação e organização dos estudos, no caso, muito particularmente, as várias nomenclaturas estabelecidas para o ensino básico ao longo das diferentes fases históricas, a saber: os «Estudos Menores» (1772), o «Ensino das Primeiras Letras» (1800), o «Ensino Primário do Primeiro Grau» (1844), e o «Ensino Primário Elementar» (1870).

Desta forma, para as crianças que puderam tomar contacto e usufruir algum tempo do espaço escolar, foi impreterível a transformação na sua experiência sensorio-motora e intelectual, a saber: foram crianças que manipularam utensílios próprios da vida escolar, (penas, tintas, papel, ardósias, giz, quadros de areia e manuais vários) que, por sua vez, os veicularam ao meio familiar e desta, numa troca recíproca, para a escola. Tomaram contacto interactivo com os seus pares, tornando-se sujeitos de uma comunidade em transformação que a própria escola ia construindo. Balbuciam as primeiras letras e os primeiros números; fizeram tentativas de correcção da sua dicção; treinaram a sua actividade óculo-motora fina escrevendo as primeiras letras caligráficas do alfabeto e, assim, inculcou-se-lhes a percepção do mundo da cultura escrita e das contagens aritméticas. Aprenderam o catecismo, e regulou-se-lhes procedimentos que passariam pela ordem estabelecida de uma qualquer sala de aula de instrução primária, espelhada na sociedade que se queria transformar, prolongando-a ao espaço exterior à escola.

Retenham-se, a este propósito, as seguintes palavras:

«Nasceste na sociedade e para a sociedade; vives no meio dos homens, com quem comunicas, de cuja experiência aproveitaste e aproveitas; gosas dos bens da civilização, que há séculos se aperfeiçoa para ti; tens direito a exigir dos outros membros da sociedade, que não offendam tua pessoa e que respeitem a tua propriedade:- é obrigação de justiça que outro tanto faças para com elles. Creou - te esta sociedade, que chamamos patria, dá-te meios de subsistencia, protege-te com as suas leis: - tens de justiça obrigação de a defender, de a servir, de concorrer para as suas despesas communs. E eis aqui os deveres do subdito, e ambos, os de cidadão e de subdito, derivados da única fonte de justiça» (Roeder, 1881:41).

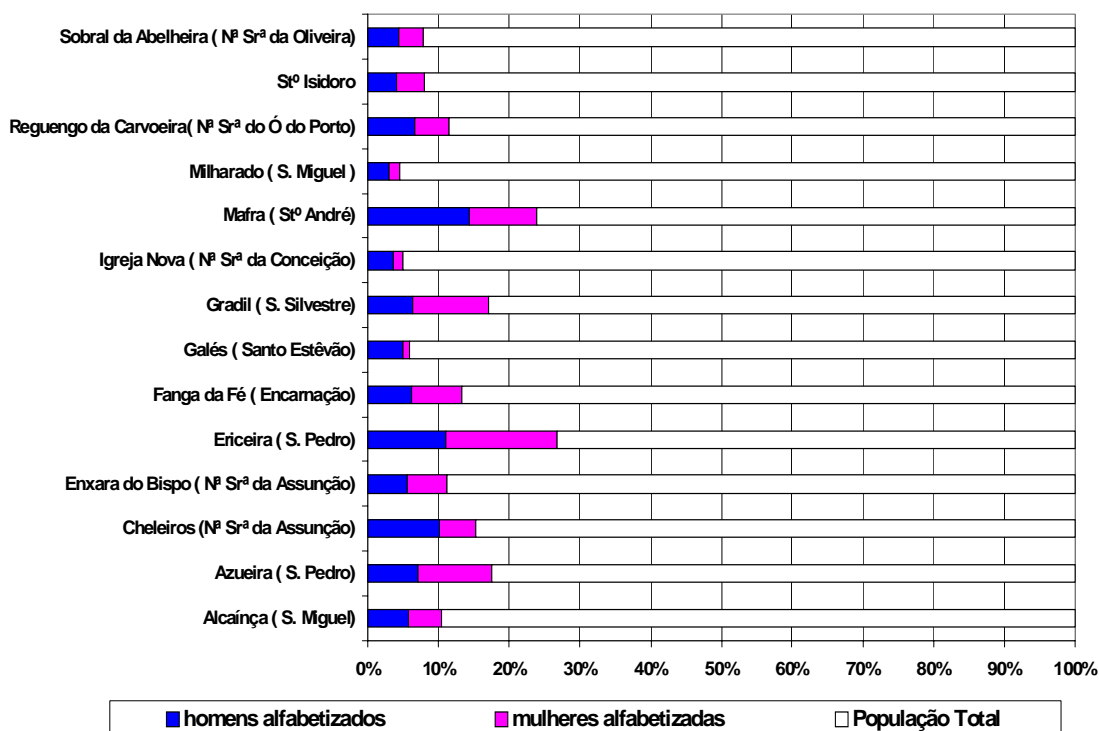
E, ainda:

«(...) escolarização e alfabetização constituem processos pedagógicos e didácticos análogos nos seus objectivos, mas específicos na sua natureza e nos processos. O processo de escolarização tem um impacto positivo na alfabetização e a historiografia da alfabetização tem-se desenvolvido tomando a escola como referente básico, assim para o Velho Mundo, assim para o Novo Mundo, como se conclui através dos estudos de Harvey Graff. No entanto, para a história da alfabetização, torna-se necessário conhecer que tipo de escolas existiam, e conhecer qual o verdadeiro impacto social, por um lado e, por outro lado, “ resgatar ” processos de alfabetização não escolares» (Magalhães, 2001: 65).

Falar de «alfabetização das populações locais» remete-nos para um tempo que se inseriu nas sociedades do Antigo Regime, entre a passagem da cultura oral e religiosa, para a cultura escrita, os processos de apropriação dos alunos no seio do projecto escolar, estabelecido, sobretudo, a partir do século XIX, em que se tomava a escola como referente básico de alfabetização. Os diferentes níveis de apropriação escolar (capacidade de leitura, escrita e contagem ou os desempenhos elementares), que se repercutem na actividade sócio-profissional e se traduzem pela competência e capacidade de resolução de problemas, que os sujeitos enfrentavam numa comunidade cada vez mais cimentada na cultura escrita.

Anteriormente, colocaram-se duas questões em torno da escola: se esta teria servido unicamente as crianças das famílias locais mais importantes ou se a maior população infantil, independentemente das suas origens sociais. Para melhor entendimento, recorreremos ao *Censo da População do Reino de Portugal* de 1900 e recolhemos informação geral relativa à instrução da população em cada Freguesia, visualizando assim as questões que então «afligiam» o País: os baixos índices de alfabetização da população portuguesa.

Gráfico n.º 21 – Níveis de instrução em percentagem relativa à população total existente em cada Freguesia do Concelho de Mafra – ano de 1900



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia de A Editora, 1906

Pelo gráfico *supra*, conclui-se que nenhuma freguesia do Concelho de Mafra atingia 30% de sujeitos alfabetizados no universo da sua população.

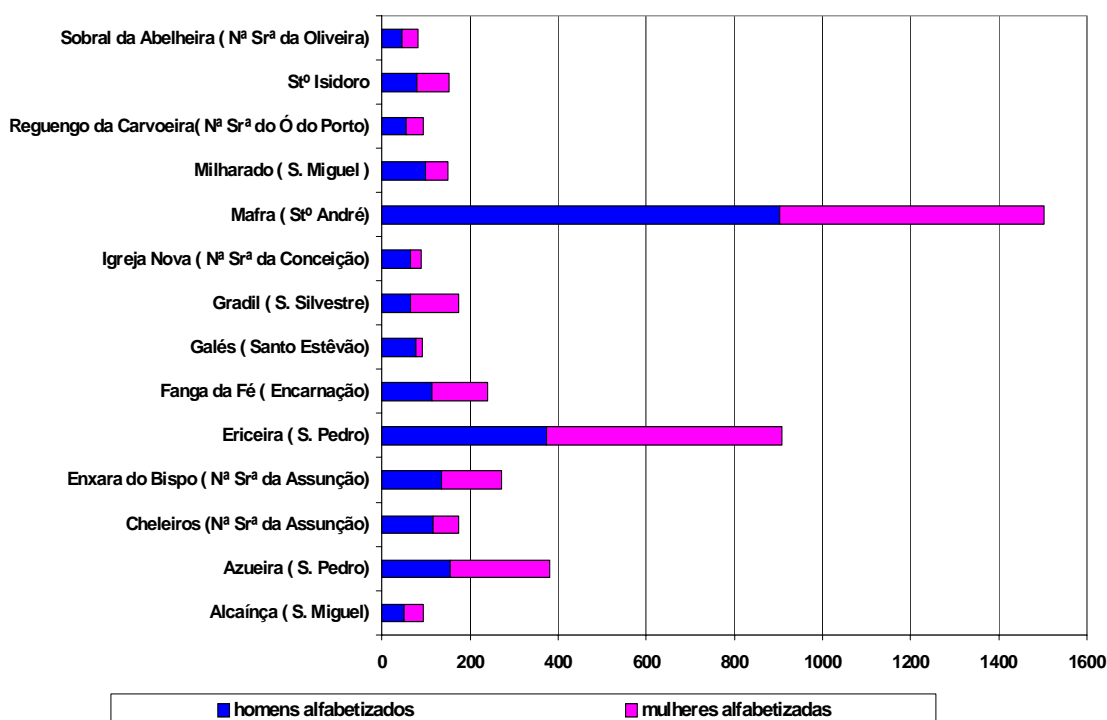
A Freguesia da Ericeira (S. Pedro) encabeçava, em percentagem, os níveis de alfabetização, com destaque para o elevado número de mulheres que sabiam ler. Seguiam-se-lhe a de Mafra (Santo André), diferenciando-se o sexo masculino nos níveis de alfabetização. A Freguesia da Azueira (S. Pedro) e a do Gradil (S. Silvestre), sensivelmente com os mesmos níveis, destacam-se igualmente na alfabetização feminina. Seguiam-se-lhes a Freguesia de Cheleiros (N.ª Senhora da Assumpção), em que a alfabetização do sexo masculino se sobrepõe à do sexo feminino, logo seguida da Fanga da Fé (Encarnação), com vantagem da alfabetização das mulheres. As Freguesias de Reguengo da Carvoeira, de Alcaíça (S. Miguel) e da Enxara do Bispo (N.ª Senhora da Assumpção) apresentam sensivelmente os mesmos níveis de alfabetização, seguindo-se-lhes as de Santo Isidoro e Sobral da Abelheira (N.ª Senhora da Oliveira).

Com os menores índices de alfabetização, as Freguesias das Galés (Santo Estêvão), de Igreja Nova (N.ª Senhora da Conceição) e Milharado (S. Miguel), com níveis muito inferiores de alfabetização do sexo feminino.

Enquanto apenas duas Freguesias do Concelho transpunham a margem de 20 % do total de sujeitos que «sabiam ler e escrever», sete ultrapassavam os 10 % e cinco ficavam abaixo dessa percentagem.

Analisaremos, de seguida, o número de homens e mulheres que sabiam ler, sem relação com o número total de habitantes e, obtemos o gráfico seguinte:

Gráfico n.º 22 – Número de indivíduos alfabetizados de ambos os sexos por Freguesia que «sabiam ler e escrever» – ano de 1900



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia de A Editora, 1906

As duas Freguesias com maior percentagem de sujeitos alfabetizados trocam a posição cimeira. A Freguesia da Ericeira contava com 908 indivíduos que liam, inferior ao número de 1503, na de Mafra. A Freguesia da Azueira, que apresentava 381 indivíduos que sabiam ler, mantinha a terceira posição no Concelho. A Freguesia da Enxara do Bispo (272), assim como a da Encarnação (241) ultrapassavam os 200 leitores. Abaixo de 200 sujeitos alfabetizados e em posição análoga, estavam as

Freguesias do Gradil (que regista uma forte descida na posição obtida no gráfico de percentagens) e a de Cheleiros, que contavam com 175 indivíduos que sabiam ler. A Freguesia de Santo Isidoro, com 153 indivíduos, e a do Milharado com 150. Abaixo de uma centena de indivíduos que sabiam ler, estavam as de Reguengo da Carvoeira, com 95 indivíduos, a de S. Miguel de Alcaínça (94), as Galés (92), a de Igreja Nova (89) e a do Sobral da Abelheira, com 83 sujeitos alfabetizados.

O segundo gráfico relativo ao número de leitores em cada freguesia alerta-nos para outros factores, como a área geográfica que compreende cada freguesia, o número de escolas e número de habitantes, a evolução temporal da implementação das escolas públicas ou particulares (aspectos administrativos e de gestão), factores socio-económicos e culturais e a adesão ao ensino público das populações locais, que propiciaram ou condicionaram os processos de escolarização local.

Para melhor se entender estes factores, seleccionámos quatro Freguesias para um estudo pormenorizado, reconstruindo os seus processos de escolarização, tentando perceber, de forma cuidada, os factores endógenos ou exógenos que condicionaram ou propiciaram o desenrolar desses processos: as Freguesias de Mafra e da Ericeira, no estudo de padrões ligados a características urbanas, e as da Encarnação e de Santo Estêvão das Galés, que detêm realidades geográficas distintas mas que se aproximam no que se consideram, o meio rural.

¹ D. Pedro V cit. in Leitão, Ruben Andresen (trad. e estudo), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, s.l., Fundação da Casa de Bragança – Portugália Editora, s.d., p. 226.

² «(...) A visão retrospectiva que a História da Educação constrói sobre as diferenças entre processos de alfabetização e escolarização no princípio do século parece indicar que a mera frequência de uma escola não é suficiente para se declarar alguém escolarizado» (Candeias, 2000: 219).

³ «(...) No grupo das *profissões liberais*, J. Borges de Macedo recenseou entre outros: 192 cirurgiões, 51 médicos, 248 procuradores, 167 advogados, 91 *profissionais* de música e de dança, 88 professores, 68 copistas e 3 arquitectos» (Magalhães, 2001: 120).

⁴ *Gazeta do Campo* (periódico quinzenal impresso em Mafra), n.º 4, de 24 de Janeiro de 1866; p. 3.